

DO CURANDEIRISMO À MEDICINA CIENTÍFICA: A TRANSIÇÃO MÉDICA ESTAMPADA NA *GAZETA DO RIO DE JANEIRO*

João Victor Ribeiro Pires

Mestre em História Moderna e Contemporânea - ISCTE

Instituto Universitário de Lisboa. Portugal

jvrpires@gmail.com

Resumo

O Brasil se transformou com a chegada da Família Real em 1808. Entre as primeiras medidas impactantes esteve a criação dos primeiros cursos superiores de Medicina da então colônia portuguesa, primeiro na Bahia e a seguir no Rio de Janeiro. Este artigo analisa, a partir das páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os hábitos médicos de uma sociedade em transição entre a medicina arcaica e a medicina tradicional acadêmica que surgiria posteriormente com a consolidação das escolas médico-cirúrgicas, procurando mostrar que doenças como a varíola e a sífilis emprestaram desafios à sociedade carioca às vésperas da Independência do país.

Palavras-chave: Rio de Janeiro joanino; Medicina; Século XIX



FROM ARCHAIC TO SCIENTIFIC MEDICINE: THE MEDICAL
TRANSITION PRINTED IN THE PAGES OF *GAZETA DO RIO DE JANEIRO*

João Victor Ribeiro Pires

Mestre em História Moderna e Contemporânea - ISCTE

Instituto Universitário de Lisboa. Portugal

jvrpires@gmail.com

Abstract

Brazil was transformed with the arrival of the Royal Family in 1808. The creation of the first Medicine's higher education courses in the then Portuguese colony, first in Bahia and then in Rio de Janeiro, was one of the first impacting measures. This article analyzes, from the pages of *Gazeta of Rio de Janeiro*, the medical habits of a society in transition between archaic medicine and traditional academic medicine that would later appear with the consolidation of medical schools. And also highlight that diseases such as smallpox and syphilis lent challenges to Rio's society on the eve of the country's independence.

Keywords: Joanine period; Medicine; Nineteenth century.



O recorte temporal entre 1808 e 1821 tem uma importância única para a história do Brasil como um todo, sendo notada com especial profundidade na cidade do Rio de Janeiro, capital da então colônia de Portugal. Impactada pela inédita transferência de uma corte europeia para o território colonial, a cidade sofreu modificações marcantes, a começar pelo aumento populacional verificado: na restrita região urbana, contabilizava-se cerca de 50 mil pessoas¹ antes da chegada da corte, em março de 1808, número que aumentou para cerca de 80 mil² em 1821, ano que assinala o regresso de D. João VI para a Europa.

A chegada da rainha D. Maria I e do príncipe regente D. João ao Rio provocou não só um aumento populacional como também o desenvolvimento científico e econômico da região. Apesar do cenário catastrófico europeu que acelerou a transferência, argumenta Schultz (2008), “os exilados da corte portuguesa, somados aos habitantes da nova corte real, viram as mudanças como uma oportunidade de renovação política e moral da colônia”. No entanto, sustentar tal política revolucionária e de renovação “exigia reformas correspondentes”. Entre as primeiras medidas impactantes destaca-se, por exemplo, a criação dos primeiros cursos superiores de Medicina, primeiro na Bahia e logo em seguida no Rio.

É dentro desse processo de transformação que a cidade vivenciou uma transição entre a medicina tradicional e as práticas médicas científicas, ao mesmo tempo que precisou combater doenças contagiosas como a varíola e a sífilis. Estas duas enfermidades representaram no período joanino, às vésperas da Independência do Brasil, um problema de saúde pública notado nos registros de óbitos e nas medidas do governo, mas também nas páginas dos jornais. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 1808, apresenta em suas páginas um retrato destes desafios médicos enfrentados pela sociedade carioca.

Os anúncios comerciais publicados na última página da *Gazeta* raramente foram especificamente voltados para o comércio farmacêutico. Uma leitura das edições da *Gazeta*

¹ John Luccock (1820, p. 41) contabiliza 60 mil habitantes poucos meses após a chegada da corte imperial. De acordo com Wilcken (2004, p. 45) cerca de dez mil pessoas viajaram para o Brasil na primeira leva de embarcações que trouxe a corte portuguesa ao Brasil – outras levas posteriormente transferiram mais pessoas. Por isso, conclui-se cerca de 50 mil habitantes antes da chegada da corte, número que coincide com a estimativa de Oliveira Lima (1945, p. 107).

² O *Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, número 33, página 135, aponta uma população de 79.321 na área urbana do Rio de Janeiro em 1821.

revela que dos 9211 anúncios encontrados nas páginas do periódico entre 1808 e 1821³, apenas 30 foram relacionados a medicamentos ou produtos de saúde. Mas ainda assim é possível encontrar informações valiosas acerca do cotidiano médico da cidade em meio a outros tipos de anúncios, como os de compra, venda e fuga de escravizados. Este artigo, portanto, dedica-se a retratar as práticas médicas do Rio joanino a partir dos anúncios da *Gazeta*.

Transição médica no Rio de Janeiro joanino

As novas práticas científicas demorariam a ser plenamente aceitas no Rio de Janeiro e no Brasil. As crenças eram diversas e a população da época joanina, diante de uma enfermidade ou problema de saúde, poucas vezes optava pelo atendimento médico. A imediata explicação para isso refere-se ao pensamento dos habitantes, crentes de que muitas doenças não eram causas naturais, mas resultados de feitiços ou castigo divino. Recorrer ao curandeirismo dos africanos ou afrodescendentes e às ervas indígenas era a opção plausível neste cenário.

Em uma sociedade com massiva presença de escravizados⁴, estes exerciam muitas atividades de cura. Ao longo dos Oitocentos, com a tentativa de inserir a ciência médica europeia no Brasil, uma dificuldade encontrada foi a “tentativa de controlar atividades desempenhadas sem endereço fixo, como a de barbeiro-sangrador – um elemento muito interessante para a análise das artes de curar naquela sociedade escravista” (PIMENTA, 2009). Debret não só representou em pinturas este trabalho como escreveu que o cirurgião preto é “tão orgulhoso de suas práticas quanto os brancos empíricos da Europa, usam suas habilidades para ganhar respeito de seus compatriotas, que o reverenciam como um cientista qualificado”, acrescentando ainda que em cada quarteirão da cidade “encontra-se um cirurgião africano, cuja renomada sala para consultas é instalada mesmo à porta de uma boutique ou loja” (DEBRET, 1835, p. 142). As consultas, de acordo com o francês, eram quase sempre gratuitas, “mas como os remédios encomendados sempre requerem alguma preparação, ele fornece os medicamentos e é pago por eles”.

³ Para outras informações acerca dos anúncios comerciais da *Gazeta*, consultar: PIRES, João Victor Ribeiro. *Casas, escravos e livros: o cotidiano do Rio de Janeiro no período joanino a partir dos anúncios de jornal*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2020.

⁴ Em 1821, quase 50% da população urbana do Rio de Janeiro era escravizada, de acordo com o *Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821*, que contabilizou 36.182 escravizados.



Não só pela declaração de Debret é possível supor que as lojas e atividades de sangradores abundavam no princípio do século XIX, tendo sido encontradas referências até de pretos curandeiros nos quadros da Santa Casa da Misericórdia (PIMENTA, 2003). Os habitantes estavam mesmo acostumados a recorrer a estas práticas médicas e, por isso, alguns curandeiros “eram muito famosos em seus locais de atuação” (PIMENTA, 2018). Os anúncios de venda de escravizados da *Gazeta do Rio de Janeiro* comprovam que os curandeiros estavam pelas ruas do Rio e eram requisitados. Durante todo o período joanino encontra-se avisos de pretos barbeiros, curandeiros ou barbeiros-curandeiros:

Quem quiser comprar um moleque barbeiro, perfeito no seu ofício, e muito bom sangrador, de nação Benguela, procure na Praia dos Mineiros, em casa do padre Manoel de Jesus Simões, n.º 10 (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 4, edição de 12 de janeiro de 1820).

Basta procurar por “barbeiro” nos dicionários que circulavam no século XIX para entender que as funções de sangrador, uma espécie de cirurgião da época, estavam sempre associadas. No dicionário de Morais Silva, publicado em 1789, consta barbeiro como um “homem que faz as barbas e as raspa, corta ou apará. Há barbeiros de lanceta, ou sangradores. Outros dantes consertavam as espadas, limpando-as, aliás alfagemes”. No mesmo dicionário, no verbete “chupar” estava indicado entre seus significados a prática do barbeiro de chupar “os corpos porosos que embebem o líquido”.

As funções de cura, no entanto, normalmente não configuravam a principal atuação do escravizado, sendo apenas mais uma prática que ele sabia exercer. Por isso, em muitos anúncios, tal capacidade de curar aparece em meio à descrição de outros ofícios. Como este alfaiate fugitivo desde 1814:

Em 1804, fugiu a Manoel Fernandes Guimarães um escravo mulato de idade de 30 anos, chamado Joaquim, que foi comprado na Capitania do Espírito Santo ao padre Antônio Gomes; tem os sinais seguintes: é oficial de alfaiate, e barbeiro, de estatura ordinária, cabelo unido ao casco da cabeça, beiços grossos (o de cima finge dois) e muito picado de bexigas. Quem dele tiver notícia, e o queira denunciar, dirija-se à casa de Manoel Gomes Fernandes na Rua Direita, n.º 26, onde receberá o prêmio de 40.000 réis. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 6, edição de 5 de junho de 1810).

Muitas embarcações faziam suas viagens com um barbeiro embarcado, que provavelmente fazia as vezes de cirurgião. Em 29 de abril de 1812, há informação de que a corveta *S. João*

Nepomuceno, vinda de Angola, estava pronta para navegar e tinha cinco escravizados marinheiros e um barbeiro.

As lojas de barbearia ofereciam serviços variados, pois, além de cortar o cabelo e a barba, faziam serviços de sangrar, aplicar ventosas e até pequenas cirurgias. No dia 19 de novembro de 1814, por exemplo, um aviso informava a venda de um escravizado que era barbeiro e cabeleireiro. Os anúncios das barbearias testemunham um tempo em que os bisturis estavam mais nas mãos dos pretos barbeiros-sangradores do que nas dos médicos diplomados.

Na ainda diminuta região central do Rio, achavam-se pelo menos oito barbearias, de acordo com as referências da *Gazeta*: na Rua de S. José, n.º 2; na Rua do Piolho; na Rua do Ouvidor, entre o n.º 8 e 9; na Rua da Quitanda, n.º 41; na Praia do Peixe, n.º 48, na Rua da Alfândega, na esquina com a Rua Direita; na Rua dos Pescadores, em frente ao Beco dos Cachorros; e em frente à Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores.

Quem quiser comprar para fora um preto oficial de barbeiro, procure na loja de barbeiro no canto da Rua do Piolho, ao sair da Carioca. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 9, edição de 31 de janeiro de 1818).

Oliveira Lima recorda que à época “as operações mais fáceis eram realizadas pelos barbeiros-sangradores” (LIMA, 1945, p. 230), enquanto Luís Norton acrescenta que os cirurgiões qualificados quase não existiam, especialmente fora do litoral, e eram substituídos pelos escravizados curandeiros (NORTON, 1979, p. 103). Estes, por vezes, “alegavam que teriam o conhecimento para tirar espíritos malignos que estariam causando as enfermidades” (PIMENTA, 2018). Mas, assim como os médicos, os curandeiros e as parteiras também precisavam ter uma licença da Fisicatura-Mor, órgão que regulamentava e fiscalizava as atividades de saúde, para atuarem legalmente. Certamente, porém, muitos atuaram sem autorização.

Durante todo o período de funcionamento da Fisicatura-mor, 1.317 indivíduos solicitaram autorização para exercer alguma atividade terapêutica no Brasil. Desses, 76% diziam respeito ao exercício da medicina, cirurgia e farmácia. Assim, é preciso considerar que a maior parte dos terapeutas atuava às margens do regimento da Fisicatura, já que sua capacidade de fiscalização se restringia aos locais de maior concentração populacional. Mesmo no Rio de Janeiro, contudo, médicos e cirurgiões reclamavam muito sobre a existência de terapeutas não autorizados atuando pela cidade (PIMENTA, 2008).

Havia uma hierarquia das artes de curar no Rio de Janeiro em princípio dos Oitocentos e, naquele cenário, “não havia ninguém mais apto a desempenhar as atividades de ‘sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas’ do que escravizados e libertos” (PIMENTA, 2018). Além da sangria ser desvalorizada em relação à medicina tradicional à época, por ser uma arte de cura manual e que envolvia contato direto com o sangue, verificava-se uma hierarquia que variava conforme a classe social do paciente (SILVA, 1993, p. 323). É em função disto que muitos escravizados obtinham atestados de seus senhores para poder tratar dos pacientes dos baixos setores da sociedade brasileira, obtendo, portanto, a autorização da Fisicatura-Mor para exercerem tais práticas de cura. De acordo com Pimenta (2018), entre 1808 e 1828, “84% dos sangradores com licença para exercer suas atividades no Brasil eram forros e escravos”.

No topo da hierarquia médica estavam os médicos diplomados na Europa e, a partir de 1808, os que passariam a ser diplomados no Brasil. Joaquim da Rocha Mazarém⁵ foi efetivado, em abril de 1808, como o responsável pela nova cadeira de anatomia do Hospital Militar e da Marinha, no Morro do Castelo – este ato é reconhecido como o marco fundador da Escola Anatômico-Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Mazarém também foi o professor de medicina operatória e arte obstétrica. O mesmo hospital também abriu as portas para a cadeira de medicina clínica, teórica e prática e outra de matéria médica e farmácia, ministrada pelo português José Maria Bomtempo⁶, formado em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra. Na praia de Santa Luzia, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia abrigou um curso de cirurgia. O plano de aulas, de acordo com alvará do 1º de abril de 1813, indicava uma duração de cinco anos para se formar em cirurgião.

Ainda assim, apesar do curso de formação, continuava sendo necessária uma autorização do cirurgião-mor da corte, José Correia Picanço⁷, para exercer a atividade de médico e cirurgião no Brasil. Alguns aprovados para o ofício divulgavam seus talentos médico na *Gazeta* em busca de clientes.

⁵ Formado em cirurgia em Lisboa após frequentar a Escola Cirúrgica do Hospital São José. Foi o primeiro-cirurgião da nau *Príncipe Real*, que transportou para o Brasil o príncipe regente, futuro rei D. João VI. A partir de abril de 1821, seria inspetor da Junta da Instituição Vacínica da Corte, em substituição a Teodoro Ferreira de Aguiar.

⁶ Após a Independência do Brasil, em 1822, Bomtempo obteve a cidadania brasileira, tornou-se membro da Academia Imperial de Medicina e serviu como clínico e cirurgião de D. Pedro I do Brasil.

⁷ Nascido em Pernambuco e formado em cirurgia pela Escola Cirúrgica do Hospital São José, em Lisboa. Completou estudos na França, na Universidade de Montpellier. Voltou para o Brasil com Família Real de Portugal, chegando em 1808.



Manoel José Fernandes, cirurgião aprovado, morador na Rua Nova de S. Bento, n.º 14, faz ciente ao público que cura admiravelmente cravos, verrugas, lobinhos, câncaros e dores ciáticas. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 9, edição de 30 de janeiro de 1819).

Outros cirurgiões ofereciam seus serviços para os “indigentes” sem cobrar. José Joaquim da Encarnação, diplomado em medicina prática, foi um deles, recebendo pacientes gratuitamente às segundas-feiras e aos sábados:

José Joaquim da Encarnação, cirurgião aprovado e examinado em medicina prática, anuncia ao público que ele reside na Rua dos Arcos, n.º 17, onde nas segundas-feiras e sábados desde as 8 até as 9 horas da manhã está pronto para prestar gratuitamente os socorros da sua arte e todas as pessoas indigentes que o quiserem consultar. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 82, edição de 13 de outubro de 1819).

Assim como na Academia Real Militar, os estudos de medicina eram incentivados com ações da monarquia. De acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*, uma “Ordem Régia de 5 de dezembro de 1810 dispôs que três alunos da Escola Anatômico-Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro fossem enviados a Edimburgo (Escócia) para receberem ensinamentos cirúrgicos, e de lá deveriam se dirigir a Londres para aperfeiçoamento com cirurgiões londrinos”.

A Impressão Régia também exerceu um papel importante no período ao imprimir e distribuir diversos livros para os alunos dos cursos médicos. Foram publicadas obras como *Observação sobre um hidroencefalo curado no Hospital Real Militar*, de Domingos Guimarães Peixoto, estudante natural de Pernambuco; *Tratado da Inflamação*, de Antônio de Almeida; *Vade Mecum do Cirurgião, ou Tratado de sintomas, causas e tratamento das moléstias cirúrgicas e suas correspondentes operações*, de Antônio José de Souza Pinto.

Em 1811, a percepção de que muitos habitantes estavam apresentando uma infecção por carbúnculo obrigou um professor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia a publicar uma obra sobre os métodos para curar a enfermidade:

A frequência do Carbúnculo ou antraz nesta capital e os seus terríveis efeitos moveu o pio coração de S.A.R. a mandar publicar uma obra do hábil professor Luiz de Santa Anna Gomes, 1º Cirurgião do Hospital da Real Casa da Misericórdia desta corte intitulada: *Método novo de curar segura e prontamente o antraz ou Carbúnculo e a pústula maligna*, que se acha já no prelo, e mui brevemente sai a luz. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 9 de outubro de 1811).

Muitas vezes, no entanto, a ciência trazia consigo um pensamento alinhado aos preceitos racistas do ambiente colonial. Imprimiu-se um livro dedicado ao estudo da doença dos pretos, intitulado *Enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos e os meios de as prevenir*, de Jean Barthelemy Dazille, traduzido por Antônio José Vieira de Carvalho, cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria em Minas Gerais. A obra original foi publicada em 1776, como produto das experiências do cirurgião francês Dazille junto às tropas na colônia da ilha de São Domingos. A tradução, anunciada por 1.920 réis na *Gazeta* de 4 de outubro de 1815, foi primeiro publicada pela Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, e depois no Rio de Janeiro.

A obra do cirurgião francês trazia implícita a ideia de que os pretos tinham problemas inatos, pertencentes à sua origem, e que por isso estariam sempre mais inclinados a doenças do que os “brancos”. Dazille indica três fatores que alteravam a saúde dos escravizados nas Américas: as diferenças nas características naturais nos territórios coloniais, como o clima; suas péssimas condições de vida e trabalho; e os traços inatos de seus corpos e personalidades, sendo este último um espaço para exibição dos seus julgamentos.

Nascidos, e chegados a uma idade avançada, sem princípios, é muito difícil inspirar-lhes costumes; eles são também muito inclinados a libertinagem; a extrema preguiça é igualmente um dos seus vícios dominantes ... A libertinagem é muito mais perigosa nos Negros, que para a satisfazer, vão muitas vezes procurar ao longe, durante a noite, o objeto de seus desejos ... Outra inclinação que não tende menos a destruí-los é a que eles têm aos licores fortes (DAZILLE, 1776 Apud NOGUEIRA, 2012).

Sabe-se que em 1808 existiam cerca de 200 médicos no Rio para as 60 mil pessoas contabilizadas, apesar de não sabermos qual conceito de médico adotou o responsável pela contagem, John Luccock (1820, p. 41). Já Nizza da Silva, indica que “o Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1794 listava nove médicos e 29 cirurgiões. Com a chegada da corte, o número dos médicos aumentou para 18 em 1816, mas o número de 25 cirurgiões deve ter sido mal computado, pois no ano seguinte já havia 70 cirurgiões” (SILVA, 1999, p. 68). O que diferenciava um cirurgião de um médico, na época, era que os médicos tratavam das enfermidades internas e os cirurgiões das externas.

Em regiões interioranas, com influências das populações indígenas resistentes, cabe destacar também a atuação médica dos pajés, lideranças indígenas. Importa ressaltar que os indígenas já não eram mais escravizados, uma vez que a escravização indígena fora extinta em 1757 pela administração pombalina. Sobre as curas indígenas, temos uma descrição detalhada dos

médicos e antropólogos alemães von Martius e Spix, que afirmaram ser os pajés conhecedores de “muitas ervas eficazes, parecendo ser ao mesmo tempo médicos e sacerdotes” (MARTIUS e SPIX, 1976, p. 60). Os cientistas registraram a seguinte observação ao conviver com os índios coropós da região de Guidoal, em Minas Gerais. Apesar de descrever um espaço mineiro, o mesmo muito provavelmente ocorria nas regiões interioranas do Rio em que ainda resistia as influências dos indígenas: O pajé fornece medicamentos, que às vezes são preparados com fórmulas mágicas; pratica com fumigações uma espécie de exorcismo, e entretém nos índios o medo de fantasmas, com práticas e histórias supersticiosas. (*Op. Cit.* 1976, p. 60).

A confiança do povo carioca nas práticas de curandeirismo também está presente na literatura dos Oitocentos. “Naquele tempo acreditava-se muito nestas coisas”, indicou o romancista Manuel Antônio de Almeida (1854), que também afirmou que “muitas pessoas da alta sociedade de então iam às vezes comprar venturas e felicidades pelo cômodo preço da prática de algumas imoralidades e superstições” (ALMEIDA, 1854).

O Rio passou por um período de transição para as práticas médicas científicas, mas o curandeirismo, combatido pelas autoridades, ainda resistiu, mesmo que em menor número, por um longo tempo. Machado de Assis, em 14 de junho de 1889, numa de suas crônicas na coluna “Bons Dias”, do jornal *Gazeta de Notícias*, escreveu sobre o destino dos curandeiros. O escritor apontou que “há agora uma verdadeira perseguição d’eles” e que “todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante” (*Gazeta de Notícias*. Ano XV. N.º 165, edição de 14 de junho de 1889). A crônica, portanto, atesta que, mesmo condenados, os curandeiros ainda estavam presentes no Brasil meses antes da Proclamação da República.

Variola e sífilis nas páginas de jornal

Uma das inovações chegadas foi na tentativa de combater uma frequente enfermidade da época: a sífilis. A *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciou em 28 de março de 1818 um pioneiro medicamento para tratamento da sífilis: um xarope próprio ao combate da doença e que tem como principal ingrediente o cloreto de mercúrio, em solução com um xarope realizado com a planta *Arundo Phragmites* e adição de salsaparrilha (PARIS, 1820, p. 268). O xarope a base de



mercúrio, tratamento doloroso, era a única opção para o tratamento da sífilis em princípios do século XIX.

O Armazém Francês na Rua do Rosário, n.º 60, acaba de receber o verdadeiro *Robanti-syphilitique* de M. Laffeteur, remédio muito excelente para curar todos os males venéreos, e tem também toda a sorte de dicionários e livros latinos, portugueses, franceses e ingleses. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 25, edição de 28 de março de 1818).

Tem-se conhecimento da presença da sífilis no Rio no período não somente por este anúncio, mas também por outras fontes, como um artigo de 1853 nos Anais Brasileiros de Medicina (ALMEIDA, 2015). O texto na ABM aponta que Antônio Rendo, de 30 anos, foi diagnosticado com sífilis hereditária. Isto permite concluir que seu pai, contemporâneo ao período joanino, teve sífilis.

Algumas das explicações para a frequente presença da sífilis, conhecida à época como doença da luxúria e do pecado, estão relacionadas a questões como as promessas de casamento só para obter sexo, uma realidade na época, além dos diversos processos referentes a indivíduos acusados por bigamia no Brasil (SILVA, 1993, p. 144). As acusações por imoralidade sexual eram amplamente presentes no tempo joanino (SILVA, 1993, p. 173). Mary del Priore (2011) classificou esse ambiente da época de “poligamia tropical”.

Numa sociedade onde os casamentos aconteciam, mas também permaneciam frequentes as relações informais e o concubinato, com a escravizada preta muitas vezes saciando o prazer do senhor, pois “toleravam-se concubinatos de escravas com seus senhores” (PRIORE, 2011), eram muito comuns os “adultérios, correntes sobretudo nas camadas mais pobres da população, em que se multiplicavam as teúdas e manteúdas⁸”. Tais práticas devem ter facilitado a “sifilização”, termo usado por Priore, da sociedade.

Embora não haja estatísticas sobre o assunto, é de imaginar-se que as relações extraconjugais fossem correntes, depois do casamento. O adultério perpetuava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o resto do tempo era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina. A falta de fidelidade masculina, vista como um mal inevitável que se havia de suportar. Era sobre a honra e a fidelidade da esposa que

⁸ Na linguagem popular, “manteúda” é uma mulher que é mantida financeiramente por um homem casado, sendo tratada como se fosse a segunda esposa. Já a “teúda”, diferentemente, define a mulher apenas como a amante, sem qualquer tipo de suporte do companheiro.

repousava a perenidade do casal. Ela era a responsável pela felicidade dos cônjuges (PRIORE, 2011).

Os próprios mecanismos legais da corte legitimavam as práticas machistas, cabendo sempre à mulher a tarefa da fidelidade. Priore (2011) descreve que em 1809 João Galvão Freire foi preso no Rio de Janeiro após confessar ter matado sua mulher, Maria Eufrásia de Loiola. Encaminhou à Mesa do Desembargo do Paço uma petição, alegando legítima defesa, pois flagrara a mulher com o amante. A corte indicou que o crime era desculpável, pois quando o preso entrara em casa encontrara “esposa e amante deitados numa rede, o que era bastante suspeitar a perfídia e o adultério e acender a cólera do suplicante que levado de honra e brio cometeu aquela morta em desafronta sua, julgando-se ofendido”. Para Priore, a resposta dos desembargadores não deixa dúvidas sobre a tolerância que rodeava tal tipo de crime na época de D. João.

Posto isso, a infidelidade feminina também pode ter sido um impulsionador da sífilis, mas “o machismo era tanto que poucos pensavam na hipótese de infidelidade feminina” (PRIORE, 2011). Apesar das desconfianças existentes acerca da fidelidade de algumas mulheres na época joanina, Priore defende que em casos de sífilis a desconfiança recaía sempre sobre o homem e inocentavam-se as esposas até prova em contrário.

Provavelmente nenhuma doença causou mais temor no tempo colonial do que a varíola, popularmente conhecida como “bexiga”. Esta enfermidade matou muitos habitantes no Brasil desde os primeiros anos de colonização, no século XVI. Antes do surgimento da vacina contra a varíola no final do século XVIII, havia outras formas de tratar da enfermidade, notadamente a variolização, ou seja, a extração do líquido das pústulas provocadas pela varíola e inserir o material em cortes da pele, prática que “originou-se provavelmente da crença, presente em tradições da medicina popular em várias partes do mundo desde a mais remota antiguidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir” (CHALHOUB, 1996).

Nos Estados Unidos, a prática teria chegado a partir da tradição oral dos escravizados transmitidas aos estadunidenses, posto que nas regiões africanas a inoculação já era prática quase universal⁹. No entanto, no Brasil colonial existem apenas esporádicos registros da

⁹ Chalhoub (1996) descreve que nos Estados Unidos, ainda colônia inglesa, o método chegou durante uma epidemia de varíola em 1721. O reverendo Cotton Mather sugeriu sua adoção em Boston após descobrir o método de cura por informações oferecidas por um escravizado oriundo da África Ocidental.



tentativa de adotar a variolização¹⁰. Provavelmente porque a varíola, por motivos desconhecidos, “parece não se ter constituído em grave problema de saúde pública em Portugal naquele período” do século XVIII. Na colônia, contudo, a moléstia já era frequente nas cidades e nas embarcações que chegavam às cidades com escravizados mortos pelas consequências da “bexiga”. A inserção dos métodos contra a varíola no Brasil teve início somente no fim do século de XVIII e, por isso, se confunde com a inserção da vacina recém-criada.

A vacinação foi desenvolvida pelo inglês Edward Jenner e suas conclusões foram publicadas em 1798. No Brasil, já era utilizada pelo menos desde 1804¹¹. O processo ocorria de braço em braço: após a primeira aplicação da vacina, era necessário este indivíduo aguardar de oito a nove dias para depois ter o fluido extraído do seu braço para ser injetado em outras pessoas.

A corte, em meio a tantos compromissos e funções após a atribulada transferência para o Brasil, demorou a demonstrar preocupação para com a questão da varíola. Somente em 4 de abril de 1811 surge o alvará régio que “manda organizar nesta Corte, debaixo das vistas do Intendente Geral da Polícia da Corte Estado do Brasil e do Físico-mor do Reino, um estabelecimento permanente, para que com mais extensão e regularidade se propague e se conserve, em benefício dos povos, o reconhecimento preservativo da vacina”. O texto indica, de fato, que a vacina já circulava pelo Brasil, mas o objetivo da medida era tê-la com mais extensão. D. João, vale lembrar, já havia perdido seu irmão mais velho, D. José, por ter contraído varíola, em 1788.

Na altura não se sabia se os escravizados contraíam a varíola no Brasil ou já saíam da África infectados. Sabe-se, contudo, que surtos de varíola ameaçavam com frequência as populações em regiões africanas. De acordo com Candido (2013, p. 110), por exemplo, uma epidemia de varíola ameaçou a população da costa de Benguela na década de 1810. Há registros de sepultamentos de indivíduos no Brasil com tantas cicatrizes de bexiga que não era possível nem sequer detectar a marca a ferro e brasa registrada no corpo. De acordo com Pereira (2007, p. 105), que consultou o livro de óbitos do Cemitério dos Pretos Novos, em 25 de agosto de 1826,

¹⁰ Magali Romero Sá evidencia experimentos do tipo na Amazônia em meados do século XVIII. Para mais informações consultar o seu artigo de 2008 na Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, intitulado “A ‘peste branca’ nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização”.

¹¹ Chalhoub (1996) descreve a discussão histórica existente sobre a data, pois outros estudiosos entendem que, no Rio, a vacina já era utilizada desde 1798. Para este estudo, basta referir que a vacina com certeza já era utilizada na cidade antes da chegada da Família Real.



por exemplo, o traficante Miguel F. Gomes Filho não conseguiu detectar “marca alguma feita pelos traficantes” devido ao excesso de bexiga no corpo de dez escravizados sepultados.

A morte de escravizados com varíola impactava nos lucros dos traficantes, já que muitas vezes os cativos sucumbiam à doença já no Valongo, local oficial para o desembarque de escravizados à época, ou durante a quarentena obrigatória. Assim, os negociantes eram obrigados não só a pagar as taxas de importação na Alfândega, como também a pagar pelo seu sepultamento.

Um texto publicado na *Gazeta* de 2 de outubro 1811, extraído do jornal inglês *Panorama Literário*, indica que, em Londres, em 1810, foram vacinados diretamente, pelos cirurgiões estabelecidos para o efeito, mais de 3 mil pessoas, além da distribuição de porções de pus da vacina para mais de 23 mil habitantes que as pediram. A reportagem informa que no Real Asilo Militar da cidade, por exemplo, das mais de mil crianças vacinadas apenas uma morreu, sendo que “aquele indivíduo não tinha sido vacinado em consequência de ter sua mãe declarado que já tinha tido bexigas na infância”. O jornal também informou similar sucesso em Manchester, onde o Hospital dos Partos “no espaço de nove anos se tem vacinado mais de 9 mil pessoas; e de uma relação recebida de Glasgow se vê que de 15.500 que sofreram a inoculação da vacina naquela cidade, não se sabe que alguma delas tivesse depois bexiga”. As informações foram publicadas pela *Gazeta* “para mais provar a utilidade de semelhante estabelecimento” da vacina.

Dois anos depois, em 20 de novembro de 1813, o jornal informou que as vacinas também estavam a obter retornos positivos na Rússia. Após citar que a vacinação na Rússia iniciara em 1804, a reportagem afirma que “tem sido tão constantemente feliz que é chamada na língua daquele país pústula da salvação”. A seguir, apontava que o governo da França também tinha se valido das “vantagens que se podem tirar desta descoberta”. Indicava ainda que “de 2.671.662 vassalos vacinados com acerto na França, só apareceram sete casos de haverem tido bexigas, o que é como um para 381.666”. Na mesma edição, avisava-se que “em Caracas, na América Espanhola, a vacina extinguiu as bexigas” e que em Havana mais de nove mil pessoas foram vacinadas em 1810 e “nem uma só pessoa se enterrou nos cemitérios públicos daquela cidade que houvesse morrido de bexigas, que dantes era nela grande causa de mortalidade”.

Em 21 de março de 1818, um anúncio da *Gazeta* exemplificava como a vacina estava a ser cada vez mais utilizada na colônia:

Antônio Cândido Ferreira manifesta ao público que tendo trabalhado na Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul vinte meses com assiduidade para estabelecer o benéfico uso de vacinação com a verdadeira vacina (feliz descoberta do imortal Jenner), acaba agora de colher o desejado fruto, por mercê do altíssimo, depois da quinta tentativa praticada em sua própria casa com os senhores professores, o doutor Júlio César Muzzi e o médico D. José Casal, por se terem felizmente vacinado desde 17 do mês passado até 16 do presente, mais de cem pessoas de ambos os sexos e diferentes idades; sendo uma delas o capitão Felisberto Pinto Bandeira, de 70 a 80 anos; e como espera a boa conclusão de seus ardentes desejos, que funda em bom servir a uma poderosa cooperação, imitando por este modo os paternais cuidados de Sua Magestade El Rei Nosso Senhor (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 23, edição de 21 de março de 1818).

Por mais que tenham existido esforços pela vacinação dos habitantes do Rio de Janeiro durante o período de residência de D. João na cidade, certo é que a moléstia continuou a existir com frequência. O controle dos traficantes era frágil, seja por falta de preocupação deles ou por falta de vacinas para todos os escravizados em alguns casos. E provavelmente não seriam os motivos médicos que os impediriam de transportar a quantidade máxima de escravizados na embarcação. Muitas mortes na travessia atlântica certamente ocorreram por ocasião da varíola.

Após a introdução da vacina no Brasil em 1804, a campanha contra a varíola atacou por duas frentes: vacinação dos africanos em Angola e das crianças e novos escravos no Rio de Janeiro. Existiam, de toda forma, muitas áreas na África e no Brasil onde os escravos não eram vacinados, e a cidade sempre correu o risco de abrigar os recém-chegados infectados (MOURA, 2004, p. 135).

Sabe-se, portanto, que a vacinação não estava ainda, no tempo joanino, generalizada o suficiente para impedir que escravizados saíssem dos portos para as casas dos seus senhores sem serem vacinados. Nestes casos, nada impedia que, em pouco tempo, contraíssem e sucumbissem à moléstia. O mesmo valia para os habitantes da cidade que também não estavam ainda vacinados. Na passagem pelo Rio entre 1817 e 1820, Martius e Spix observaram que a fiscalização dos escravizados era levada a sério, mas que a vacinação nem sempre era efetivada:

As duas principais providências, que, entretanto, até hoje se têm tomado a sério em prol da saúde geral, são a severa fiscalização dos boletins de saúde dos navios que entram, e a obrigatória vacinação antivariólica sob a vigilância de um médico. Crianças e adultos são vacinados, em determinados dias do ano, num edifício público; pena é, porém, que o controle sobre a disposição para a vacinação, e sobre o desenvolvimento e conseqüências entre os vacinados, seja até agora muito imperfeito ou falte em absoluto. (...) Enquanto a vacinação não for rigorosamente levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela Igreja, fica o país exposto ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias progressivas de varíola e ao despovoamento (MARTIUS e SPIX, 1823, p.102).

Ainda assim, de acordo com as estatísticas disponíveis, os escravizados representaram o maior número de vacinados na cidade, consequência da ideia vigente na elite da época de que seria a importação de escravizados a grande responsável pelas epidemias de varíola no Rio. Como muitos africanos chegavam ao porto afetados pela doença, houve um esforço para vacinar o maior número de cativos possível. No dia 22 de julho de 1820, a *Gazeta do Rio de Janeiro* imprimiu um “Mapa das pessoas que se tem vacinado na Casa da Câmara”, com a consolidação de dados dos vacinados entre 1º de julho de 1811 até 1819. A relação foi realizada pelo inspetor da vacina, Theodoro Ferreira de Aguiar. Na estatística, Aguiar ressalta que não se menciona nos dados “o grande número de pessoas que particularmente se tem vacinado em suas casas”.

O mapa confirma a hipótese de que os escravizados foram os mais vacinados na época. Dos 17.259 vacinados em nove anos, 10.902 eram pretos, que, em esmagadora maioria, eram escravizados. Ou seja, 63% das vacinas se destinavam aos cativos. Conclui-se que vacinaram uma média de 1.211 escravizados por ano, quantidade reduzida quando se sabe que pelo menos 20 mil africanos novos desembarcavam por ano na cidade, que tinha, em 1820, mais de 55 mil escravizados. Nesta lista, a *Gazeta* reforça que o rei D. João VI ordenou a vacinação, em 1817, de 358 escravizados da Fazenda de Santa Cruz e, em 1819, de outros 140 do mesmo local.

Em 1821, a *Gazeta* publicou mais um mapa de vacinação da corte do ano de 1820. A lista informa que 2.688 pessoas teriam sido vacinadas, dos quais 1.803 eram pretos, 284 pardos, oito indígenas e 593 brancos. Portanto, “se imaginarmos que todos os pretos eram escravos, um pressuposto totalmente justificável segundo os usos da época, temos que 67,07% dos vacinados eram cativos” (Chalhoub, 1996). Incluindo os dados da *Gazeta* referentes a 1820, tem-se uma estatística de dez anos para a cidade do Rio de Janeiro e que aponta para quase 20 mil vacinados (19.947), sendo 12.705 pretos. Em uma década, os escravizados representaram 63,7% dos indivíduos contemplados com a vacina contra a varíola.



QUADRO 1: VACINADOS CONTRA A VARIÓLA NO RIO DE JANEIRO JOANINO**(1811-1820)**

Ano	Branços	Pardos	Índios	Pretos	Total
1811	349	186	4	1.120	1.659
1812	406	265	6	1.188	1.865
1813	301	181	4	1.177	1.663
1814	350	156	0	1.053	1.559
1815	353	210	1	878	1.442
1816	439	163	4	1.224	1.830
1817	580	289	0	1.182	2.051
1818	469	251	4	1.127	1.851
1819	951	429	6	1.953	3.339
1820	593	284	8	1.803	2.688
Total	4.791	2.414	37	12.705	19.947

*Os dados foram recolhidos de um mapa publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, edição de 22 de julho de 1820. Exceto os dados do ano de 1820, recolhidos da *Gazeta* de 21 de abril de 1821.

Os que sobreviviam à varíola adquiriam imunidade à doença, mas também exibiam as cicatrizações na pele que condenavam que um dia foram acometidos pela moléstia. Para os negociantes de escravizados, informar que o cativo estava curado da bexiga soava como algo positivo que valorizava o “produto”. É que, assim, sabia-se que aquele trabalhador não morreria futuramente, pois já superara o mal da varíola.

Quem quiser comprar um moleque ladino escapo de bexigas, com um pequeno princípio de ofício de pedreiro, procure a José Antônio Guimarães, morador na Rua da Quitanda, entre a Rua das Violas e a de S. Pedro, defronte do Paço, n.º 49 (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 70, edição de 1 de setembro de 1813).

Os surtos de varíola também obrigaram os negociantes a incluírem características como “sadio” e “sem moléstia” nas descrições de seus escravizados à venda nos jornais.

Quem quiser comprar um mulato boleiro de sapateiro, sem defeito ou moléstia alguma, robusto, sadio, boa estatura, de vinte e dois a vinte e quatro anos de idade, procure na Rua Direita, casa n.º 23 (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 70, edição de 1 de setembro de 1813).



Também importa destacar que as cicatrizes configuraram uma maneira de identificar os indivíduos. Neste cenário, a descrição das características na pele do escravizado se tornou uma ferramenta para tentar encontrar os fugitivos. Por isso, muitos senhores descreviam as cicatrizes nos anúncios de fuga. Em 26 de julho de 1820, desapareceu “um preto novo de nação Benguela, que ainda não fala português, alto e bem proporcionado, rosto picado de bexigas, principalmente em roda do nariz”, enquanto no dia 30 de agosto de 1815 outro aviso indicava que José, de nação Angola, tinha “sinais de bexiga no nariz”. Já em setembro de 1814:

No dia 6 do corrente mês desapareceu um moleque de nação Benguela, por nome Antônio, de 15 para 16 anos, mas miúdo do corpo, muito picado das bexigas, bem feito, muito ladino, com calças azuis e em mangas de camisa. Quem dele souber fale com Antônio Januário Passos, na Rua das Violas, canto da Quitanda, que receberá prêmio (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 76, edição de 21 de setembro de 1814).

A preocupação com a varíola atingia, inclusive, as crianças abandonadas, os chamados expostos. A Santa Casa da Misericórdia publicou, em 1817, que todas as crianças com mais de quatro anos sob os cuidados de criadeiras deveriam ser submetidas à vacina.

Os administradores dos expostos da Misericórdia fazem saber às criadeiras dos mesmos expostos que forem maiores de quatro meses, e que ainda não tenham tido bexigas, que os deverão levar a vacina no Consistório da Igreja do Rosário, nas quintas-feiras e domingos pelas 10 horas da manhã, devendo aí apresentar a guia para se notar que se fez a vacina, ficando as mesmas certas que se lhe não farão pagamentos de criações e vestidos, enquanto não mostrarem os expostos vacinados (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 11, edição de 5 de fevereiro de 1817).

No fim do período joanino, a *Gazeta* publicou uma série de notícias acerca da implementação da vacina em outras regiões da colônia. Em 9 de setembro de 1820, registrou que 4.359 pessoas foram vacinadas num semestre na capitania de São Paulo, não só na capital, mas também em regiões como Atibaia, Santos e Mogi das Cruzes. Um mês depois, no dia 4 de outubro de 1820, apresentou dados da vacina na província do Piauí, no Nordeste do Brasil, onde em cinco meses teriam sido realizadas, segundo o texto, 1.026 vacinas por dois professores (além de outras realizadas por outros indivíduos) e se esperava “pelo êxito de tão acertada providência”.

Spix e Martius, em uma descrição sobre as doenças do Brasil, exemplificaram citando duas moléstias: sífilis e varíola. É que provavelmente foram essas duas doenças as mais observadas pelos viajantes na região. Conclui-se que a medicina brasileira do período de D. João, em meio a uma transição entre práticas arcaicas e científicas, encontrou nessas duas enfermidades o seu

maior desafio. São também estas duas moléstias que evidenciam a chegada de novas práticas científicas nesse período, que se somaram às práticas de cura tradicionais vinculadas a saberes orais. Foi, portanto, entre 1808 e 1821 que a transição médica no Brasil foi iniciada, processo longo que perduraria por todo o século XIX.

Referências:

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808-1822.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1889.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Brasília: Edições Câmara, 2019 (1854).

ALMEIDA, Maria José S. S. P. **A heredosífilis no Brasil do século XIX: estigmas, valores e comportamentos**. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland**. New York: Cambridge University Press, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Vol. 2. Paris: Firmin didot Fères, 1835.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil: 1808-1821**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945.

LUCCOCK, John. **Notes of Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil**. London: Samuel Leigh, 1820.

MARTIUS, C. F. Phil Von e SPIX, J. Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976 [1823].

MORAES Silva, Antonio de. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.



NOGUEIRA, André. “Universos coloniais e 'enfermidades dos negros' pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho”. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Vol. 19, Rio de Janeiro Dec. 2012.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PARIS, John Ayrton. **Pharmacologia; or the history of medicinal substances**. Londres: W. Phillips, 1820.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Ed. Campinas, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Curandeiro, parteira e sangrador: ofícios de cura no início do oitocentos na corte imperial”. In: **Khronos, Revista de História da Ciência**, nº 6, dezembro 2008.

PIMENTA, Tania Salgado. “Doenças”. In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O discurso médico sobre escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX**. Curitiba: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

SÁ, Magali Romero. “A ‘peste branca’ nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização”. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. Vol. 11, nº 4. São Paulo, 2008.

SCHULTZ, Kirsten, “Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821”. In: **Revista Tempo**. Vol. 12. Nº 24, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.



SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Cultura Luso-Brasileira – Da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Recebido em 2020-10-21

Aprovado em 2020-12-15

Publicado em 2020-12-31

